

## **Comunicação Comunitária e Desenvolvimento Local Sustentável: A Experiência da Embrapa com a Formação Continuada de Radialistas em Cinco Territórios do Semiárido Brasileiro<sup>1</sup>**

Maria Clara Guaraldo NOTAROBERTO<sup>2</sup>

Selma Lúcia Lira BELTRÃO<sup>3</sup>

Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, DF

### **Resumo**

O presente artigo analisa os resultados de um projeto de formação continuada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) envolvendo profissionais de rádios comunitárias de cinco territórios da cidadania (Alto Oeste Potiguar/RN, Cariri/CE, Agreste Alagoano/AL, Alto Sertão Sergipano/SE e Serra Geral/MG) inseridos no Plano Brasil Sem Miséria e busca refletir sua relação com os conceitos de comunicação comunitária, território e desenvolvimento local. A metodologia deste trabalho se baseia em levantamento bibliográfico, análise de textos oficiais, e de avaliações e entrevistas concedidas pelos participantes das oficinas de comunicação realizadas pela Embrapa no semiárido brasileiro.

**Palavras-chave:** comunicação comunitária; comunicação para o desenvolvimento; desenvolvimento local; território.

### **Introdução**

Pensar e fazer comunicação comunitária e para o desenvolvimento requer refletir sobre o contexto em que essas ações estão acontecendo, levando-se em conta as políticas públicas adotadas pelo Estado e sua repercussão junto às comunidades locais. Segundo Tauk Santos (2012), na América Latina, incluindo o Brasil destacam-se três estágios recentes das políticas públicas do Estado para o desenvolvimento nos contextos rurais. O primeiro se caracteriza por políticas desenvolvimentistas, o segundo por políticas neoliberais descentralizadoras e o terceiro por políticas reguladoras, com vistas à inclusão social e a construção de um novo olhar sobre rural brasileiro, dentre outras características.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XV Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM.

<sup>2</sup> Jornalista, Especialista em Estratégias de Comunicação, Mobilização e Marketing Social pela Universidade de Brasília – UnB, email: clara.guaraldo@embrapa.br

<sup>3</sup> Jornalista, Mestre em Política e Gestão de Ciência e Tecnologia pela Universidade de Brasília – UnB, email: Selma.beltrao@embrapa.br

Nessa direção, para a análise das ações apresentadas neste artigo, compreendemos comunicação para o desenvolvimento a partir da concepção de Tauk Santos (2012) que relaciona o modelo de comunicação para o desenvolvimento à política de desenvolvimento adotada em cada época. E comunicação comunitária como uma das formas de exercitar o direito à comunicação. “É uma das denominações para a comunicação popular, participativa, horizontal ou alternativa, entre outras expressões, para se referir ao processo comunicativo levado a efeito por movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil”. (PERUZZO, 2009, p.38).

Nesse primeiro estágio, as políticas desenvolvimentistas estão relacionadas ao chamado processo de modernização agrícola, mais conhecido por Revolução Verde, que na década de 1940 levou para o campo e para a sociedade, em geral, o discurso dominante de aumentar a produção para acabar com a fome no mundo. Assim:

A crença na ideia de desenvolvimento, compreendido como a possibilidade de progresso e crescimento ilimitado, se constituiu como um dos pilares da sociedade industrial ocidental, particularmente em meados dos anos 40, após a Segunda Guerra Mundial, quando o grande desafio era reconstruir as sociedades afetadas pela guerra e ao mesmo tempo estabelecer uma ordem internacional hegemônica num contexto de grandes disparidades entre as nações centrais, urbanizadas e industrializadas e os países periféricos predominantemente rurais e com baixa industrialização (SCOTTO, 2011, p.15).

Nessa direção, o termo desenvolvimento passou a estar associado ao crescimento econômico, tecnológico e urbano a ser trilhado também por sociedades consideradas subdesenvolvidas. Tauk Santos (2012) destaca que o papel da comunicação era introduzir o desenvolvimento via modernização dos contextos rurais, reforçando a ideologia do desenvolvimento a qualquer custo. O Estado brasileiro passou a adotar, naquele período, o modelo difusionista americano, caracterizado pelos chamados pacotes tecnológicos voltados para o desenvolvimento do campo. O papel da comunicação então era o de persuadir e convencer as populações rurais a se apropriarem de tais pacotes.

Ao mesmo tempo, já na década de 60, despontam os chamados movimentos contraculturais e os movimentos ambientalistas inconformados com o modelo, segundo Scotto (2011), materialista, bélico, individualista, competitivo e degradador do meio ambiente e da sociedade de consumo. É nesse cenário que se fortalece a proposta do educador Paulo Freire (1983) cuja pedagogia se baseia na construção do conhecimento a partir da participação popular. Ele cita que:

A nós, não nos é possível persuadir a aceitarmos a persuasão para a aceitação da propaganda como uma ação educativa. Não vemos como se possa conciliar a persuasão para a aceitação da propaganda com a educação, que só é verdadeira quando encarna a busca permanente que fazem os homens, uns com os outros, no mundo em que e com que estão, de seu Ser Mais (FREIRE, 1983, p.13).

Em contrapartida a essa visão freiriana, temos um segundo estágio das políticas públicas no Brasil relacionado ao Estado neoliberal, caracterizando-se por medidas descentralizadoras, com foco na privatização e em ações desreguladoras. Buarque (1999) descreve a descentralização como sendo um processo histórico de âmbito mundial que no Brasil ganha força a partir da Constituição de 1988, com a desconcentração de políticas e programas nacionais.

São exemplos que ilustram esta reflexão de Buarque os processos de municipalização da Saúde e da Educação, em que os recursos para a gestão de tais políticas passaram a ser administrados pelo poder público municipal, porém com a exigência legal de que se fossem constituídos conselhos locais, compostos por representantes da comunidade e do poder público, com a função de planejar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros.

Para Buarque (1999), apesar de os governos municipais não estarem tecnicamente preparados para as políticas de descentralização, essa trouxe como benefícios a possibilidade de ampliação dos espaços e da participação da sociedade. Aliás, um desafio, uma vez que o País, durante mais de 20 anos, esteve sob a égide da ditadura militar, o que, de certa forma, dificultou, e até mesmo retardou os processos de participação social. Importante destacar aqui o conceito de descentralização na visão de Sérgio C. Buarque:

Descentralização é a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança da escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolhas e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos (BUARQUE, 1999, p.16).

Nesse contexto, e levando-se em conta o cenário político posto, o papel da comunicação para o desenvolvimento era voltado à capacitação de públicos para atuação em ações de gestão participativa (TAUK SANTOS, 2012). No entanto, para Abramovay (2003), os conselhos que se constituíram foram formados estritamente como contrapartida legal para a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não expressaram uma dinâmica local participativa.

E, no terceiro estágio, a partir de 2003, surge a comunicação para o desenvolvimento no Estado Pós - neoliberal (TAUK SANTOS, 2012). Conceitos de desenvolvimento local associados à nova compreensão de território rural ganham corpo nas políticas públicas. É um desenvolvimento, como define Buarque (1999) que passa a incluir no espaço agrário outras atividades como lazer, turismo, moradia, artesanato, saúde e educação:

O desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. No novo paradigma de desenvolvimento, isto significa, antes de tudo, a capacidade de ampliação da massa crítica de recursos humanos, domínio do conhecimento e da informação, elementos centrais da competitividade sistêmica (BUARQUE, 1999, p.15).

É justamente na busca desse desenvolvimento local que foram criadas a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural<sup>4</sup> e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Pnater<sup>5</sup>, essa última tendo como um de seus objetivos a integração da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico. Tauk Santos (2012) ao fazer a análise das proposições das duas políticas faz a seguinte constatação:

Significa dizer que o desenvolvimento rural para ser sustentável depende em boa medida da comunicação. Em outras palavras, poderemos afirmar que se tornou impossível separar comunicação do processo de construção de sustentabilidade. Trata-se de conceitos que estão amarrados pela noção de complexidade do admirável mundo contemporâneo (TAUK SANTOS, 2012, p. 12).

Neste trabalho investigam-se os resultados de um projeto de formação continuada envolvendo profissionais de rádios comunitárias no contexto atual das políticas públicas. Nosso objeto de análise são os resultados das três oficinas realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2014 com cem rádios comunitárias de cinco Territórios da Cidadania no Semiárido brasileiro, no âmbito do Projeto Ações de Capacitação e de

---

<sup>4</sup> Aprovada em 2010, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural traz uma nova concepção do rural brasileiro, rompendo com a visão tradicional que situa o rural apenas no contexto da produção agrícola e exportação de produtos primários. Tem como beneficiários não só aqueles que trabalham e vivem dos resultados de suas atividades agrícolas, extrativistas e florestais, mas também segmentos urbanos de municípios que são dinamizados pelas atividades produtivas praticadas nesses territórios.

<sup>5</sup> A Lei 12.188 instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar e reforma agrária resgatando como responsabilidade do Estado a manutenção dos serviços de assistência técnica e extensão rural de forma pública e gratuita.

Divulgação de Informações Tecnológicas para apoio à Inclusão Produtiva Rural no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria<sup>6</sup>. E o que se pretende neste estudo é fazer a relação entre o papel da comunicação comunitária e sua contribuição para o desenvolvimento local a partir das análises dos resultados dessas oficinas.

### **A Contribuição da Embrapa no Plano Brasil Sem Miséria**

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi instituído em 2 de junho de 2011, por intermédio do decreto 7.492 do Governo Federal, com a finalidade de superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações. Dados do Censo de 2010 demonstraram que a distribuição da extrema pobreza entre os meios rural e urbano apresentavam valores próximos: 47% no rural e 53% no urbano. No entanto, a situação do campo chamava atenção porque uma em cada quatro famílias do meio rural estava em situação de extrema pobreza (Brasil, 2014).

Assim, para o público rural, além dos eixos de garantia de renda e de acesso aos serviços públicos, o Plano destacou-se pela criação do eixo de inclusão produtiva rural para as populações rurais de baixa renda. Como exemplo pode-se destacar a construção de cisternas para facilitar o acesso à água, tanto para consumo humano como para a produção de alimentos; o financiamento da compra de pequenos animais para criação; a construção de fossas sépticas, dentre outras atividades. (Brasil, 2014).

De acordo com os documentos oficiais do Governo Federal (Brasil, 2014), a meta do programa era oferecer assistência técnica a 253 mil famílias de agricultores mais pobres para que possam ampliar suas atividades agrícolas e construir novas alternativas de renda. Nesse cenário, a Embrapa passou a atuar no programa, desde 2011, especificamente em 14 Territórios da Cidadania, 13 localizados na região Nordeste e um ao norte de Minas Gerais. Aqui compreendendo o conceito de território delineado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou

---

<sup>6</sup> Projeto Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), com 36 meses de duração, tendo iniciado suas atividades em julho de 2014. O projeto é executado pela Embrapa Informação Tecnológica (Brasília, DF) e financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Seu principal objetivo é apoiar os projetos de inclusão produtiva rural desenvolvidos com ações de comunicação, educação não formal e produção de material de divulgação.

mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2003, p.4).

Assim, levando-se em conta o conceito de território e as novas políticas para desenvolvimento rural que têm como um de seus princípios a integração das ações de Ater com a pesquisa, coube à Embrapa contribuir com novas tecnologias agrícolas apropriadas ao Semiárido brasileiro, bem como o desafio de formar técnicos da extensão rural, agentes de desenvolvimento e agricultores, numa nova ótica: não mais de transferir tecnologias, mas sim de realizar o intercâmbio de conhecimentos.

Ao observar o documento orientador da Embrapa no PBSM, percebe-se que, além dos projetos de inclusão produtiva rural, há três projetos transversais que são comuns a todos os 14 territórios, dentre eles o de Acesso à Água, Produção de sementes de maniva de mandioca e Produção de informações tecnológicas por meio de publicações técnicas, cartilhas, minibibliotecas e programas de rádio. (Embrapa, 2012).

No entanto, no decorrer da implementação do projeto, identificou-se que somente a distribuição de materiais e a produção de informações para divulgação pelo rádio não seriam suficientes para alcançar as comunidades envolvidas no PBSM. Era necessário ir além, a fim de promover processos de mobilização social, em que os próprios beneficiários, ou seja, os agricultores, além de formadores de opinião locais, como professores, lideranças comunitárias, radialistas, blogueiros, assistentes de Ater, dentre outros, pudessem participar da construção das informações do PBSM e passassem a divulgá-las nas rádios comunitárias locais, em jornais, mídias sociais, reuniões de sindicatos, eventos culturais etc.

Assim, desenvolveu-se, em 2014, o projeto de capacitação e divulgação de informações, que ampliou esta visão para um conjunto de ações de comunicação e de educação não formal que estimulem a produção de informações e, por consequência, a construção coletiva do conhecimento. As oficinas de comunicação comunitária são parte integrante do Projeto. Em 2014, o foco foi realizar três encontros de radialistas de emissoras, na sua maioria, comunitárias, reunindo profissionais dos Territórios Alto Oeste Potiguar/RN; Cariri/CE, Agreste Alagoano/AL; Alto Sertão Sergipano/SE e Serra Geral/MG). E, iniciou-se, em 2015, uma segunda etapa dessa formação continuada, com novas oficinas, nos mesmos territórios, dessa vez incluindo novos atores, tais como professores, extensionistas, agricultores, além dos radialistas participantes da primeira etapa.

Colocam-se, portanto, as seguintes questões como pontos de reflexão deste trabalho: Quais as contribuições das oficinas realizadas pela Embrapa para o intercâmbio de conhecimentos sobre o Plano Brasil Sem Miséria? E como os radialistas que participaram das primeiras oficinas poderão contribuir para o desenvolvimento de seus territórios? Eles se enxergam como comunicadores populares e agentes de desenvolvimento local?

### **Os conceitos de comunicação e desenvolvimento sustentável aplicados nas ações de formação continuada da Embrapa**

Este artigo se propõe a analisar os primeiros resultados desse processo de formação em comunicação comunitária e sua contribuição para o desenvolvimento local. A metodologia utilizada se baseia em levantamento bibliográfico; análise de textos oficiais como relatórios e projetos; análise de relatos de radialistas participantes das oficinas sobre a compreensão dos conceitos apresentados durante os encontros, e a utilização dos conteúdos ministrados em sua prática diária; além da análise das entrevistas concedidas pelos radialistas. O resultado demonstrou que a participação desses atores no processo ainda é um desafio, e que se relaciona diretamente com a história e a forma de atuação de suas emissoras de rádio nos territórios.

O presente trabalho tem por referência os conceitos de rádio e comunicação comunitária de Cicília Peruzzo (2005) e Raquel Paiva (2007); Desenvolvimento Local de Sérgio C. Buarque (1999); bem como a visão de Ignacy Sachs (SACHS, 1986 apud SCOTTO, 2011) acerca do ecodesenvolvimento:

Um processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. As estratégias do ecodesenvolvimento serão múltiplas e só poderão ser concebidas a partir de um espaço endógeno das populações consideradas (SACHS, 1986 apud SCOTTO, 2011, p. 26).

Para Sachs (SACHS, 1986 apud SCOTTO, 2011), promover o ecodesenvolvimento, conceito este fortemente associado ao de desenvolvimento sustentável para a atualidade, implica ajudar as populações envolvidas a se organizar, a repensarem seus problemas, identificarem suas necessidades e os recursos potenciais para a solução dos desafios postos em seus espaços de atuação.

Portanto, ao analisarmos o conceito de desenvolvimento sustentável, percebemos sua forte relação com estratégias de comunicação comunitária, pois na concepção de Paiva (2007), a comunicação comunitária atua como propósito primeiro da educação, pois os atores sociais que dela participaram, além de, na prática, desenvolverem produtos de comunicação diferenciados da mídia tradicional (programas de rádio e vídeos comunitários, jornal mural, *fan page* no *facebook* com viés de desenvolvimento local, grupos no *whatsapp* integrados por diversos atores de uma localidade, shows, exposições fotográficas etc.) têm a capacidade de recontar suas histórias a partir de reflexões acerca de suas realidades, com diversidades de olhares e pluralidade de vozes.

Desta maneira, pode-se conceber que, a partir da comunicação comunitária, a pluralidade das vozes possa ser uma realidade. Estima-se que seja possível a inserção de grupos até então à margem do espectro da visibilidade. E os registros vão além da inserção de novos sujeitos. Pode-se perceber o incontestável interesse pelo novo, pelo que se encontra excluído dos discursos postos em circulação pela mídia hegemônica (PAIVA, 2007, p.140).

Visão semelhante é compartilhada por Peruzzo (2007), cujo entendimento é que o aprendizado não acontece somente na escola formal e em universidades, pois esses processos de educação não formal se estabelecem de forma distinta ao sistema tradicional de ensino, conforme lembra Fernández (2006), para quem “aprender fora da escola não é um folclore do passado, mas um desafio do futuro” (FERNANDEZ, 2006). Ainda de acordo com Peruzzo (2007), o aprendizado também se dá por intermédio das práticas comunicativas no âmbito da comunicação comunitária, que pressupõem debates sobre as pautas locais, relacionamentos entre os atores responsáveis, compartilhamento das responsabilidades pela produção dos conteúdos, reuniões de equipes e análises das mensagens veiculadas pela mídia hegemônica.

Para Peruzzo (2005), a comunicação comunitária que vem sendo feita por movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e agrupamentos sociais com identidades próprias. É sem fins lucrativos, visa a democratização da comunicação, por isso implica participação ativa e horizontal dos cidadãos, corresponsabilidade pelos conteúdos das informações produzidas. No entanto, a autora reconhece que, o campo da comunicação comunitária também se caracteriza por um espaço de conflitos, pois não há um modelo único:

Cada vez mais a comunicação comunitária vai se revelando uma pluralidade de formas e mostrando sua validade no contexto de suas comunidades, mesmo que não



expressem mecanismos puros de autogestão. Contudo há que se distinguir o que é aceitável e válido em matéria de comunicação local daquilo que é simples apropriação de um espaço garantido legalmente às práticas associativas comunitárias, para uso individualizado com finalidades comerciais ou para o proselitismo político, partidário e religioso. (PERUZZO, 2005, p.22).

Para a autora, no caso do rádio especificamente há emissoras de matizes diferentes que se autointitulam comunitárias, recebem a outorga do Ministério das Comunicações, mas são operadas de forma comercial, ou têm um cunho religioso, ou estão a serviço de políticos profissionais, ou ainda são operadas por pessoas que acreditam no poder do rádio mais acabam personificando e centralizando as decisões para si e dificultando o envolvimento da população. Por outro lado, há aquelas que cumprem o seu papel social, pois estão vinculadas, de fato, a organizações comunitárias e movimentos sociais. Por último, há ainda aquelas consideradas “piratas” por não terem a outorga do Ministério das Comunicações.

Ao refletirmos sobre a visão de Peruzzo (2005) quanto à pluralidade de formas de organização das rádios comunitárias, bem como sua validade perante as comunidades que se dizem representar, observamos que as oficinas organizadas pela Embrapa refletem as diversas matizes de rádios comunitárias existentes no Brasil, e que os resultados dos encontros estão diretamente relacionados à forma de atuação das emissoras participantes das oficinas, assunto que passaremos a refletir e problematizar a partir de agora.

### **O desenho das oficinas de rádio**

A primeira oficina de rádio foi realizada em Crato (CE), de 21 a 23 de novembro de 2014, e reuniu 40 comunicadores de rádios comunitárias dos Territórios do Cariri (CE) e do Alto Oeste Potiguar (RN). A segunda ocorreu de 29 a 30 de novembro de 2014, concentrando 30 profissionais de comunicação de rádios comunitárias dos Territórios do Agreste Alagoano (AL) e do Alto Sertão Sergipano (SE). Esse segundo evento foi realizado em Aracaju (SE), a fim de facilitar o deslocamento dos participantes. Por último realizou-se a oficina de radialistas de Janaúba (MG), reunindo comunicadores do norte de Minas Gerais, em um total de 30 profissionais do Território Serra Geral.

No primeiro dia, como forma de iniciar os trabalhos, foram debatidos com os participantes os conceitos de território, desenvolvimento local e sua interface com as ações do Plano Brasil Sem Miséria. No segundo dia, os radialistas participaram de uma oficina de produção radiofônica, ministrada por professores de universidades públicas da região e profissionais de rádio de emissoras universitárias (Universidade Federal do Cariri;

Universidade Federal de Sergipe; e Rádio da Universidade Federal de Minas Gerais). Como produto final, produziram programas de rádio com informações sobre seus respectivos territórios, abordando temas como agricultura familiar no sertão, construção de cisternas e o uso da água na produção agrícola, agroecologia, pobreza rural e campanhas de utilidade pública como ações de combate à dengue.

No terceiro dia, foi realizado um painel sobre redes de relacionamento e territórios e debates sobre quais seriam os melhores espaços de discussão, possibilidades de novos encontros presenciais, capacitações e temas de interesse dos comunicadores. #O objetivo das dinâmicas foi o de promover a reflexão sobre como os comunicadores podem contribuir para o desenvolvimento local, e a relação desses profissionais com as comunidades onde estão inseridos. Além disso, há a expectativa por parte da Embrapa de poder contar com tais profissionais para fazer chegar às comunidades as informações sobre o PBSM, estimulando assim a participação social, o debate e o intercâmbio de conhecimentos.

Durante as dinâmicas, percebeu-se a dificuldade de os comunicadores compreenderem a dimensão dos conceitos abordados. Nossa percepção é de que somente uma parte dos radialistas conseguiu apreender o significado do trabalho em rede e do seu papel de agente de desenvolvimento local, pois, de certa forma, já estavam envolvidos nesses processos em suas comunidades, seja por serem integrantes de sindicatos rurais ou outras organizações locais, seja por serem professores de escolas públicas ou por terem um projeto claro acerca do que é e qual é o papel da rádio comunitária.

Nesse sentido, percebeu-se também que esses conteúdos repercutiram de maneiras diferenciadas junto aos participantes: emissoras com forte atuação junto às comunidades apreenderam os conteúdos propostos de forma diferente daquelas também ditas comunitárias, mas ainda sem uma interação maior com suas localidades, conforme demonstraremos a seguir, a partir dos relatos e depoimentos de radialistas, coletados durante e após a realização das oficinas e que fazem parte da metodologia adotada para a produção deste artigo.

Os radialistas da Rádio Amanhecer FM, do município de Canindé de São Francisco (SE), por exemplo, foram um dos principais protagonistas da oficina de Aracaju (SE). No ar há mais de dez anos, a rádio possui programação diversificada<sup>7</sup>, abraça causas sociais como combate ao trabalho infantil<sup>8</sup> divulga festas juninas da localidade e outras expressões

---

<sup>7</sup> Ver fan page no facebook Rádio Amanhecer FM

<sup>8</sup> Ver post Canindenses realizam II Caminhada de Combate ao Trabalho Infantil

culturais, realiza entrevistas com autoridades locais sobre denúncias relacionadas a problemas de infraestrutura na cidade, dentre outros.

A Amanhecer FM oferece treinamentos para a comunidade: “Oferecemos formação técnica para estudantes de ensino médio que tenham interesse em aprender a produzir matérias e fazer locução. O curso é gratuito e já formou vários jovens da periferia” (depoimento de Bruno Balbino, jornalista e participante da oficina em Aracaju).

O comunicador Carlos Lima, na época dessa entrevista, responsável por dois programas na Amanhecer FM, foi aluno de uma das primeiras turmas. Hoje, cursando Jornalismo na Universidade Federal de Sergipe, ele também participou da oficina da Embrapa e assim avaliou a capacitação:

“O aprendizado adquirido durante o encontro tem sido útil nas atividades que vem sendo desenvolvidas na emissora e também contribuído para novas decisões. É da minha personalidade aproveitar oportunidades que aparecem, como essa oferecida pela Embrapa e a rádio comunitária proporciona essa possibilidade de ajudar a comunidade”. (Depoimento de Carlos Lima, comunicador responsável por dois programas na Rádio Comunitária Amanhecer FM, um de notícias e outro de músicas regionais)

Os depoimentos acima reforçam a percepção de Peruzzo (2007), de que participando do processo de fazer rádio, jornal ou qualquer outra modalidade de comunicação comunitária, as pessoas vivenciam um processo educativo que contribui para sua formação enquanto cidadãos e demonstram, segundo Paiva (2007), sua capacidade de recontar suas histórias, a partir de reflexões acerca de suas realidades.

Outro relato que demonstra a preocupação do comunicador com o desenvolvimento local é o de Ismeraldo Dias Tiago, da Rádio 104,9 Estúdio FM, de Espinosa (MG). Há 14 anos atuando como comunicador, Ismeraldo retransmite o Prosa Rural<sup>9</sup>, programa de rádio da Embrapa, em sua emissora. A Rádio Comunitária 104.9 Estúdio FM faz parte da Associação das Mulheres Espinosenses e tem programação voltada para a agricultura familiar. Temas como agroecologia, Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf), criação de animais, acesso a água etc., são parte da programação. Além de comunicador, Ismeraldo trabalha no Sindicato Rural dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Espinosa.

---

<sup>9</sup> Prosa Rural – programa de rádio da Embrapa, criado em 2003 e veiculado, gratuitamente, por 1,5 mil emissoras parceiras em todo o País. O programa tem 15 minutos de duração, é produzido semanalmente, e tem como objetivo divulgar informações sobre tecnologias desenvolvidas pela Embrapa e instituições parceiras que podem ser adotadas nas propriedades familiares, por produtores rurais. O Prosa Rural nasceu de uma vontade da Empresa de levar a ciência em uma linguagem popular para o produtor rural. Para cada região é produzido um programa que atenda às especificidades regionais.

“A oficina nos trouxe informações que não sabíamos, por exemplo, a possibilidade de transmitir o programa de rádio da Embrapa. O Plano Brasil Sem Miséria a gente já conhecia aqui, porque temos 240 famílias atendidas pelo programa aqui em Espinosa. Mas pudemos perceber que é possível falar para essas pessoas, pelo rádio, acompanhar o trabalho delas, seu dia a dia. A gravação da campanha da água também foi uma novidade”. (Depoimento de Ismeraldo Dias Tiago, da Rádio Comunitária 104,9 Estúdio FM, de Espinosa/MG).

Por outro lado, observamos nas falas de outros radialistas participantes da oficina que essa visão sobre o papel do comunicador como agente de desenvolvimento local ainda é incipiente quando a emissora não cumpre a sua missão de ser comunitária, mas replica modelos midiáticos nacionais, como aponta o relato a seguir: “Não podemos nos tornar agentes de desenvolvimento local. Somos locutores, comunicadores, este papel não nos cabe. Seria mais interessante levar essa discussão aos agentes do Banco do Nordeste”. (depoimento de Cícero Gabriel Sandes de Oliveira, locutor da Rádio Água Branca FM, de Água Branca/AL), que informou desconhecer as ações do PBSM no seu Território. Na mesma direção, o locutor Jadielson Silva Oliveira, da Rádio Vitória FM, de Palmeira dos Índios (AL), município pólo do Território Agreste Alagoano, destacou não dispor de tempo para acompanhar as ações que acontecem em seu território, já que seu programa é apenas musical.

Esses exemplos também confirmam a visão de Peruzzo (2007) de que os caminhos tomados por uma rádio comunitária nem sempre condizem com os objetivos traçados no início de sua história, e que há que se ter o cuidado de alimentar a participação da comunidade na vida da emissora, pois uma rádio comunitária poderá contribuir efetivamente para o avanço do desenvolvimento local e social de várias maneiras, desde os conteúdos que divulgam até o próprio processo de fazer rádio.

O relato do radialista Erivam Rubem, da Rádio Comunitária Pedras Soltas, em Itapetim (PE) ilustra bem a reflexão acima. Erivam é radialista parceiro do Prosa Rural e transmite o programa da Embrapa há quase 10 anos:

“Certa vez veiculei um programa cujo tema era apicultura. No dia seguinte, recebi um grupo de agricultores produtores de mel solicitando a reprise do programa e um pedido sobre como obter mais informações sobre o tema. Primeiro, liguei para a produção do programa em Brasília que me passou o contato da Embrapa Petrolina. O pessoal de lá me deu todas as informações que os produtores estavam necessitando. Então, eles se organizaram e fundaram uma associação de apicultores de Itapetim. E a produção de mel hoje está em ascensão. O Prosa Rural proporcionou esse despertar.” (depoimento do radialista Erivam Rubem, Rádio Pedras Soltas, Itapetim (PE), concedido em novembro de 2012)

Mediante o exposto, pode-se interpretar que o Prosa Rural ao veicular o programa contribuiu para despertar o interesse da comunidade, mas se o radialista não tivesse atuado como agente de desenvolvimento local, ou seja, como um indutor do desenvolvimento, não teria sido possível a criação da cooperativa. Aqui é importante voltar a nos referenciar ao pensamento de Tauk Santos (2012) quando menciona que se tornou impossível separar a comunicação das políticas de desenvolvimento do Brasil rural.

Como desdobramento das oficinas de rádio, os grupos que participaram dos encontros se organizaram e criaram páginas nas redes sociais Facebook e Whatsapp<sup>10</sup>, a fim de que as informações circulassem da melhor forma possível. Importante salientar que o grau de mobilização das redes que se formaram não é uniforme.

O grupo do RN/CE se comunica periodicamente pela plataforma Whatsapp. São exemplos de temas tratados: Cadastro Ambiental Rural; treinamentos; encontros sobre segurança alimentar; Serviço de Inspeção Municipal; PPA Estadual do Território Alto Oeste Potiguar; dentre outros. Também é importante destacar que atualmente integram esse grupo outros profissionais, além de radialistas (exemplo: extensionistas, professores, agricultores).

Nos grupos de SE/AL e de Minas Gerais, compostos basicamente por radialistas, o grande desafio é aumentar a participação e a integração entre os participantes. São trocadas informações sobre programação cultural dos municípios; escassez de água na região; esportes; e os assuntos tratados pelo Prosa Rural. Percebe-se, nesses dois grupos, ainda pouco envolvimento dos comunicadores com assuntos afeitos aos seus territórios.

### **Considerações finais**

Este artigo, ao se propor a analisar os resultados das oficinas de rádios comunitárias no âmbito de um projeto de formação continuada da Embrapa, mostrou a importância de se promover o debate com os radialistas acerca de seu papel social enquanto comunicadores comunitários e agentes de desenvolvimento local, principalmente pelo fato de suas emissoras estarem localizadas nos territórios onde a pobreza rural ainda apresenta indicadores elevados.

Por outro lado, este trabalho apontou que disseminar informações sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, especialmente, o Plano Brasil Sem Miséria, para as

---

<sup>10</sup> O grupo “Comunicadores CE-RN” no Whatsapp conta com 52 membros. O grupo “Rede de Rádios de AL e SE” possui 19 membros. O grupo “Radialistas Serra Geral” possui 16 membros. O grupo do Facebook “Encontro de Radialistas RN/CE” possui 24 membros. O grupo “Radialistas Serra Geral” possui 15 participantes.

populações dos territórios, ainda é um grande desafio, pois, mesmo existindo rádios comunitárias e outras formas alternativas de comunicação nessas localidades, os profissionais que atuam nessas emissoras desconhecem ou cobrem o assunto de forma bastante superficial.

As oficinas de comunicação da Embrapa, nesse contexto, são importantes, pois contribuem para sensibilizar os comunicadores não só sobre essa política pública, mas também sobre outras políticas presentes nos territórios, assim como para a reflexão do papel exercido por essas emissoras no contexto local.

No entanto, este estudo demonstrou, a partir dos depoimentos dos radialistas e da análise que a Embrapa continua a realizar da atuação desses profissionais nas redes de comunicadores constituídas (grupos de Whatsapp e de Facebook) que, quando a rádio já tem algum envolvimento mais estruturante com a comunidade, fica mais fácil compreender a proposta e estimular a atuação em redes de comunicação, que buscam conjuntamente em prol do desenvolvimento local. Por outro lado, se a emissora, em sua forma de atuação, não tem esse compromisso no seu dia a dia, o radialista terá mais dificuldades ou dificilmente se engajará nesse tipo de ação comunitária.

Assim, esse trabalho mostra que um dos desafios do projeto<sup>11</sup> é movimentar as redes já formadas e fazer com que as informações sobre as políticas públicas em curso nesses territórios, dentre elas o PBSM, alcancem cada vez mais as comunidades locais para que possam acessar e garantir seus direitos enquanto público beneficiário das ações. Além disso, é preciso avançar mais e incluir novos atores, com outros olhares e experiências profissionais, nesses processos de comunicação comunitária e educação não formal, como agricultores, extensionistas, ONGs, sindicatos rurais, professores etc.

A compreensão sobre o território também deverá assumir um significado mais relevante para os participantes desta formação continuada. Eles demonstraram, em suas falas, ainda não ter clareza sobre territorialidade e suas diversas formas de organização. É importante a percepção de que o território não é apenas um espaço geográfico delimitado, mas um local de articulações com seus atores sociais construindo juntos e valorizando a identidade do local. E como mostra esta pesquisa, a comunicação comunitária e os movimentos sociais sempre terão espaços de atuação.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>11</sup> Projeto Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural no Plano Brasil Sem Miséria.

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal**. Brasília: IICA, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Brasil Sem Miséria: resultados no meio rural**. Brasília: 2014.
- EMBRAPA. **Embrapa no Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, 2012
- FERNANDEZ, Fiorentino Sanz. **El Aprendizaje fuera de la escuela: tradición del pasado y desafío para el futuro**. Madris: Ediciones Academicas, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do Social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 133 – 148.
- PERUZZO, Cícilia. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O Retorno da Comunidade: os novos caminhos do Social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 69 – 94.
- PERUZZO, Cícilia. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latino Americana de Ciências de La Comunicación**, ano II, n. 3, p. 18 -41, jul.-dez. 2005.
- PERUZZO, Cícilia. Movimentos sociais, cidadania e direitos sociais nas políticas públicas. **Revista Fronteira – Estudos Midiáticos**, volume 11, p.33-43, jan – abril 2009.
- SCOTTO, Gabriela; MOURA CARVALHO, Isabel Cristina; BELINASO, Leandro. **Desenvolvimento Sustentável**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TAUK SANTOS, Maria Salett. **Políticas públicas de comunicação para o desenvolvimento no contexto rural brasileiro do século XXI**. Resumos do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2012: Fortaleza/CE. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-0478-1.pdf> - acesso em 2/6/2015.